

**O *corpus documental* em
história oral: teoria,
experiência e
transcrição**

Documentary corpus in oral
history: theory, experience and
transcreation

El *corpus documental* en la
historia oral: la teoría, la
experiencia y la transcreación

Leandro Seawright Alonso^{1, 2}

RESUMO

Pretendi demonstrar, neste artigo, que a história oral proporciona conjuntos de procedimentos disponíveis ao pesquisador para o estabelecimento eficaz de um *corpus documental*. Aspectos teóricos foram ressaltados para uma compreensão da prática em história oral. Não obstante, as experiências no campo de pesquisa reportaram-me às noções de memória coletiva e subjetividade ao longo do texto. Por

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo - FFLCH/USP (2015). Propôs em sua tese de doutorado "Ritos da oralidade: a tradição messiânica de protestantes no Regime Militar Brasileiro" entrevistar redes de religiosos ortodoxos e heterodoxos com posições políticas distintas durante o Regime Militar Brasileiro entre 1964 e 1985. Atualmente, é professor no curso de graduação em história da Sumaré. É pesquisador do Núcleo de Estudos em História Oral, NEHO/USP. Foi pesquisador da Comissão Nacional da Verdade criada com base na lei 12.528/2011, Art. 4º, incisos I, IV, V e VII e Resolução CNV Nº 1, de 2 de julho de 2012, Art. 19, inciso IV, Arts. 22 e 23 (Relatório da CNV, Vol. 1, 2014, p. 9). Historiador e oralista com abordagem interdisciplinar, tem experiência nas áreas de história do Brasil República com ênfase no Regime Militar (1964 a 1985), na disciplina de história oral, bem como em pesquisas dedicadas à história da vida religiosa, à história oral testemunhal. Política, "justiça de transição" e estudos de memória coletiva são apreciados pelo pesquisador. E-mail: pr-leandro@hotmail.com.

² Endereço de contato do autor (por correio): Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Departamento de História. Núcleo de Estudos em História Oral, NEHO. Rua do Lago, 717 - Prédio da Diretoria e Administração - Cidade Universitária CEP: 05508-080 - São Paulo - SP - Brasil.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 2, nº 1, Janeiro-Abril. 2016

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2n1p54>

fim, demonstrei elementos teóricos e metodológicos para a realização de transcrições.

PALAVRAS-CHAVE: História oral; História; memória; teoria; metodologia.

ABSTRACT

I intended to demonstrate in this article the oral history provides a set of procedures available to the researcher for the effective establishment of a documentary corpus. Theoretical aspects were highlighted for the understanding of practice in oral history. However, experiences in research field reported me the notions of collective memory and subjectivity throughout the text. Finally, I demonstrated theoretical and methodological elements for elaborating transcriptions.

KEYWORDS: Oral History; History; Memory; Theory; Methodology.

RESUMEN

Se demuestra en este trabajo que la historia oral ofrece conjuntos de procedimientos disponibles para el investigador para el establecimiento efectivo de un "corpus documental". Aspectos teóricos se destacaron a la comprensión de la práctica de la historia oral. Sin embargo, las experiencias en el campo de la investigación me llevó a las nociones de la memoria colectiva y la subjetividad en todo el texto. Por último, me demostré elementos teóricos y metodológicos para la realización de transcripciones.

PALABRAS CLAVE: historia oral; historia; memoria; teoría; metodología.

Recebido em: 28.01.2016. Aceito em: 25.03.2016. Publicado em: 30.04.2016.

Introdução

Recomendaram Meihy e Ribeiro que “a boa realização de qualquer projeto em história oral deve entender o delineamento cuidadoso do *corpus documental* a ser usado” (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 78)³. O *corpus documental* pode ser composto por documentos construídos e criteriosamente colecionados para as análises acadêmicas. Conforme preconizou Jacques Le Goff não com ineditismo, “não há história sem documentos”, e, semelhantemente, não existe prática bem sucedida em história oral sem a construção adequada de um *corpus documental* (LE GOFF, 2008, p. 531). Segundo Marc Bloch, “reunir os documentos que estima é uma das tarefas mais difíceis do historiador”, e, principalmente, por realizar uma operação de busca nos “inventários de arquivos ou de bibliotecas, nos catálogos de museus” e nos “repertórios biográficos de toda sorte” (BLOCH, 2001, p. 82). A história oral, contudo, é “um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos”, pois “ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva” (MEIHY, 2005, p. 17). Compreendo, com isso, que um *corpus documental* construído em um trabalho de história oral requer diálogo evidente com os pressupostos da oralidade, requer esforços continuados e compreensão apropriada das *operações* acadêmicas.

Ao avaliar os supostos fundamentados durante o século XX, na academia francesa, Le Goff ponderou sobre determinada “revolução documental” proposta desde os fundadores da Escola dos Annales em diálogo com os novos conceitos de história e memória, documento e monumento – entre outros (LE GOFF, 2008, p. 530-531). Tornou-se possível, dessa forma, estabelecer uma relação estreita entre a *memória coletiva*, as histórias de “pessoas comuns” ou não e os documentos

³ O presente artigo reflete uma parte da minha prática de história oral durante a realização da pesquisa “Ritos da oralidade: a tradição messiânica de protestantes no Regime Militar Brasileiro” (2016).

construídos no “tempo presente”. Conforme Halbwachs, as “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 1990, p. 26).

Autoria e cooperação em história oral.

Após os procedimentos sugeridos por Meihy e Ribeiro no trato com a entrevista, “do oral para o escrito”, fez-se necessário validá-las mediante o requerimento da “cessão dos direitos autorais” que permitem o estabelecimento de um documento utilizável segundo as normas jurídicas, bem como sua ulterior publicação. O “produto desejável” em história oral é o “documento autorizado, passado do oral para o escrito com os cuidados requeridos, legitimado”. Segundo Meihy e Ribeiro “a carta de cessão é um documento fundamental para definir a legalidade do uso da entrevista”. Sabe-se que “não é porque se faz entrevista que se faz história oral e também não se faz entrevista apenas para fazer história oral” (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 21, 148).

Evidentemente, em história oral preza-se pelo conceito de *colaboração* na construção do documento e nas concepções sobre a autoria do trabalho que, depois de autorizado, é do diretor do projeto de pesquisa⁴. Porque “consagrado juridicamente que o autor é quem promove o projeto, quem assume a responsabilidade de sua condução, é ele que arca com o processo de continuidade da pesquisa até o fim” (Ibid., 2011, p. 25). Dessa forma, o narrador não é um

⁴ Segundo Martins, em humanidades um *colaborador* “é aquele que nos diz o que a sociedade é quando nos dá uma entrevista, mesmo que possamos ver, como sociólogos, o que ele próprio não vê, não sabe e não compreende; ou que nos permite invadir sua vida para que o observemos e, por meio dele, observemos a sociedade em que vive”. Dessa forma, Martins pediu “mais respeito do que o habitual pelas pessoas com as quais conversamos” e que são *colaboradores* das nossas pesquisas (MARTINS, 2014, p. 29).

“depoente”, um “informante”, um “ator social” ou um gélido “objeto de estudos”, mas um *colaborador*. Para Meihy e Ribeiro, “muito se tem dito sobre o caráter democrático da história oral” e “o respeito ao significado da colaboração é um bom ponto de partida” (Ibid., 2011, p. 23). No conceito de *colaboração* se enquadra o de *cooperação*, mas a *cooperação*, entretanto, perde o seu sentido depois de estabelecido o texto com a devida autorização. Se a *colaboração* é um conjunto de práticas que envolvem os dois lados no trabalho de constituição do *corpus documental*, *cooperação* é o ato de “operar junto” caracterizado nos procedimentos da produção documental.

Nesse ato de “operar junto” e, antes, na experiência de *colaboração*, os elementos subjetivos são consideráveis como partes integrantes do documento em história oral. Os “desconhecedores” da moderna história oral, porém, tecem questionamentos sobre a validade dos documentos produzidos com a colaboração do narrador. Conforme Gwyn Prins, parte dos historiadores convencionais faz tais questionamentos, segundo os quais a palavra escrita é soberana e a palavra falada está numa posição de rebaixamento (PRINS, In: BURKE, 1992). Por isso, as nuances e os tipos de dados orais não são levados em consideração, pois parte dos historiadores convencionais pretende, sem sucesso, desqualificar a oralidade ao inferir que os “documentos datados” contêm uma forma mais estável da evidência, com a temporalidade objetiva e situada no calendário de sociedades alfabetizadas.

Meihy e Holanda explicaram que, em história oral,

Não se fala, pois, de “exatidões históricas” ou “testemunhos de verdades” ou mesmo de “realidades comprovadas” e sim de visões, construções narrativas, idealizações, que são definidas na exposição dos fatos. Para muitos que nada entendem de história oral, a confiabilidade das entrevistas é fato suspeito, pois a memória falha, erra, desvia, camufla, distorce, inventa. Mas é exatamente isso que interessa. Lembremos: o respeito à empiria expressa no fazer do documento é o tesouro buscado pela história oral capaz de revelar a subjetividade contida nas variações do parâmetro dado pelo estabelecido como verdade. (MEIHY; HOLANDA, 2013, p. 124)

Na experiência da pesquisa "Ritos da oralidade: a tradição messiânica de protestantes no Regime Militar Brasileiro" (2016), entendi que a construção do *corpus documental* passou pelo "*homo religiosus*" como "documentação viva" na versão protestante do cristianismo brasileiro. Sobre isso, não sem razões, Meihy e Ribeiro organizaram a discussão sobre as "alteridades em história oral" ao incluírem as seguintes partes: "documento em história oral", "colaboração em história oral" e "autoria em história oral". Porque a história oral permite a construção do *corpus documental* a partir da noção fundamental de "documentação viva", deve-se conceber as relações entre as alteridades na consecução dos *procedimentos* indicados. A "documentação viva" pressuposta na pessoa do narrador, entretanto, converte-se em *corpus documental* de análises possíveis quando na passagem do "*estado de linguagem oral para o estado de linguagem escrito*". O documento em história oral se estabelece "quando o suporte inicial permite desdobramentos" e, por isso, "cabe considerar que o texto produzido", que foi "devidamente legitimado pelo entrevistado, é a forma do documento, completa, determinada pelos critérios classificatórios de história oral" (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 20).

Experiência, subjetividade e "documentação viva".

Na escrita de um texto sobre o conceito do "Jesus narrativo" em que tratei sobre história, memória e mitologia, coloquei em relevo que o cristão pode ser "concebido como um "documento vivo", subjetivo, capaz de vincular a Palavra falada do Jesus Narrativo às suas experiências religiosas". Prescindi logicamente da "documentação estritamente escrita como portadora da "verdade", da história vista de cima", e privilegiei "os colaboradores cristãos", em projetos de história oral, como "documentações vivas" sobre "as experiências religiosas, as quais são parte de uma história vista de baixo". Evidentemente, nem sempre as "doutrinas maiores, oficiais,

atingem as experiências menores, extraoficiais e heterodoxas”, pois os religiosos falam, pregam, oram, evangelizam, profetizam, cantam, testemunham sobre as formas tradicionais da teologia cuja escrita retrata a “morte do messias” e a sua ressurreição da “memória oral” dos protestantes (SEAWRIGHT, 2012, p. 30-46). Segundo constatou Gwyn Prins, a palavra escrita “reinou soberana” e a “palavra falada” permaneceu “súdita” para parte dos historiadores convencionais nos tempos da modernidade (Apud. BURKE, 1992, p. 169).

Para quantos não têm familiaridade com os estudos contemporâneos e de história oral, a confiabilidade das entrevistas é fato suspeito, pois a memória falha, erra, desvia, camufla, distorce, inventa – como escrevi antes. Mas é isso que também interessa, pois as variações exegéticas e singulares dos narradores conferem um caráter “polifônico” na análise das entrevistas. Lembro de que o “respeito à empiria expressa no fazer do documento é o tesouro buscado pela história oral capaz de revelar a subjetividade contida nas variações do parâmetro dado pelo estabelecido como verdade” (MEIHY; HOLANDA, 2013, p. 124). Nesse sentido, os “deslizes da memória” apontados por Meihy, segundo os quais ela “falha, erra, desvia, camufla, distorce, inventa” são importantes na busca por variadas nuances da experiência por meio das acepções diferenciadas do imaginário religioso. A narrativa, então, “vale por si e em si e é ela que se constitui como fato analítico ou objeto da reflexão” – como aduziu Meihy. Na “documentação viva”, destaco o seu caráter mnemônico e subjetivo mais ligado às narrativas do que à concretude de uma “documentação estritamente regular”. Não pretendi, pois, a composição de uma “verdade apodítica”, “axiomática”; mas variações, subjetividades e os imaginários no interior das experiências religiosa e política. Assim, Meihy considerou que o “resultado expresso oralmente funciona como realidade” da experiência do narrador (2010, p. 182-184). Com isso, importa-nos – ao invés de desqualificar a documentação oral por meio dos “deslizes naturais da memória” – saber por que as pessoas se enganam, erram, mentem, distorcem,

esquecem detalhes no interior de uma narrativa. Mais do que julgamento, requer-se do oralista a compreensão atenta das “funções sociais da oralidade”.

Da noção de subjetividade em Alessandro Portelli, pode-se dizer que no âmago da “documentação viva” está a experiência e “os elementos mutáveis, como subjetividade, memória, narrativas e histórias”, da mesma forma com que “trabalhamos com a interação social e da pessoa, trabalhamos com a interação da narrativa, da imaginação e da subjetividade”. Por suposto, “fatos razoavelmente comprovados” são igualmente pretendidos conforme disse Portelli (1997, p. 25). Mas na subjetividade estão contidas as reservas míticas negociadas que, ao contrário de serem “premissas mentirosas”, referem-se à “organização de imagens e narrativas simbólicas, metafóricas das possibilidades da experiência humana e da realização de determinada cultura em certo momento” – como propôs Joseph Campbell. Para além das condições equivocadas de “mentiras religiosas”, e, depois das iniciativas teológicas de “demitologização hermenêutica”, em Rudolf Bultmann, considero que a linguagem metafórica ou de conteúdo religioso é memorada, rememorada, comemorada e ritualizada no interior das entrevistas como “matérias-primas” de sua concretização no *corpus documental*. Campbell sustentou que “a metáfora é a linguagem do mito” e o “invólucro da mística”, mas continua “sendo largamente mal interpretada como mentira ou distorção sobre uma pessoa ou evento” (CAMPBELL, 2003, p. 23-42). Nesse sentido valem as testemunhas que fazem uso das “reservas míticas” como “supostos de verdade” para as religiões porque

toda a religião tem também sua história, ou antes, há uma memória religiosa feita de tradições que remontam a acontecimentos geralmente muito distantes no passado, e que aconteceram em lugares determinados. Ora, seria muito difícil evocar o acontecimento se não imaginássemos o lugar que conhecemos geralmente não porque o vimos, mas porque sabemos que existe, que poderíamos vê-lo, e que em todo o caso, sua existência está garantida através das testemunhas. (HALBWACHS, 1990, p. 157)

Ao longo da experiência do campo de pesquisa, valorizei, pois, as narrativas com as suas “reservas míticas” e com a devida atenção aos documentos da memória. O *corpus documental*, portanto, mostrou “outros atalhos, com destaque às referências mnemônicas feitas por meio da expressão oral” das chamadas “novas fontes” porque, segundo Meihy, essa atualização do “fazer intelectual” fez quebrar os “absolutos condutivos e no lugar de remos exatos instalou rotas de ação, andamento fluxo, curso, inscrevendo também o trabalho empírico com seres vivos, no tempo presente” (MEIHY, 2010, p. 179-182). Dessa forma, reconheço que a composição do *corpus documental* constituído pela “documentação viva” sinalizou uma prática de “história viva”, de história oral. A “vivacidade da história oral” provém, por sua vez, de construções “em torno de pessoas”, segundo sinalizou Thompson (1992, p. 44). Com a motivação definida por Thompson e com a revisão de paradigmas anteriores cuja contribuição eu devo a Meihy, abandonei a antiga convicção de que tinha uma “coisa” para estudar, para “dar voz”⁵. Ao contrário, as situações de entrevistas me colocaram diante de “um outro” e era como no “Eu-Tu” dito por Martin Buber: “presença não é algo fugaz e passageiro, mas o que aguarda e permanece diante de nós Objeto não é duração, mas estagnação, parada interrupção, enrijecimento, desvinculação, ausência de relação, ausência de presença. O essencial é vivido na presença, as objetividades no passado” (BUBER, 1974, p. 14-15).

O “cerimonial da entrevista”.

Uma entrevista em história oral é mais do que mera “captação de sons” em uma situação objetiva de “perguntas e respostas”, pois deve-se considerar o ambiente da

⁵ Considero a expressão “dar voz” antiquada e ultrapassada pela noção superada de “autoridade” do pesquisador sobre aqueles que receberam a oportunidade de “dizer de forma privilegiada”. Ao contrário, compreendo que na experiência de campo se deve “dar ouvidos” aos narradores em busca da “heteroglossia”, da “polifonia”.

entrevista. Meihy e Ribeiro ponderaram que a entrevista pode ser equiparada a um “cerimonial” e consideraram o lugar privilegiado dessa prática repetida entre os chamados, aqui, “ritos da oralidade”: “é bom que não se rebaixe o cerimonial da entrevista, ainda que ela não deva inibir as relações” e que o “ato da entrevista se reveste de significado especial” (2011, p. 100)⁶. Sem dúvidas houve avanços entre os oralistas sobre o “cerimonial da entrevista”, pois outrora a condição de entrevista

era aproximada do conceito de “depoimento”, pois tanto presidia a gravidade do que se dizia, sempre aproximando de supostos como “busca da verdade” ou “fala para a posteridade. E não há como negar o caráter “policialesco” que condicionava as narrativas que eram colhidas com pessoas notáveis socialmente ou em situação de excepcionalidade. Hoje, alguns oralistas optam por não usar mais o termo “depoimento” e no lugar consagram a entrevista como maneira dialógica em que alguém grava ou registra narrativa de outra pessoa. (Ibid., 2011, p. 100)

A entrevista passa, portanto, pela dialogia não tão óbvia durante a experiência do oralista com os entrevistados na pesquisa de campo⁷. Por isso, a experiência da pesquisa e o conceito de entrevista em história oral sobrepõe o simples registro

⁶ Sobre o ritual da entrevista, disseram Meihy e Ribeiro que “o ato da entrevista, em situação de rotina, envolve pelo menos duas pessoas”. Almeja-se que sejam entrevistas “pessoais” ou “individuais”, pois a “intimidade” e o “desejável clima de confiança” configuram uma situação narrativa em história oral. Recomenda-se que – em termos de performance – dois cuidados sejam considerados: “De um lado, o entrevistador não deve se portar como um detetive à procura de segredos”, e, “por outro lado, é errado supor que o entrevistado, simplesmente pelo ato de ser convidado a apresentar sua narrativa ou ponto de vista, é um ser passivo, amorfo” (MEIHY; RIBIEIRO, 2011, p. 101).

⁷ No que tange ao trabalho de campo, “certamente é difícil dizer muita coisa a respeito de experiência”, pois “assim como intuição ela é algo que alguém tem ou não tem, e sua invocação frequentemente cheira a mistificação”. Por isso, “pode-se resistir à tentação de transformar toda experiência significativa em interpretação” e, ao recomendar cuidado no trato com o conceito, Clifford disse que “faz sentido mantê-las separadas, quanto mais não seja porque apelos à experiência muitas vezes funcionam como validações para a autoridade” do pesquisador (CLIFFORD, IN: GONÇALVES, 2014, p. 33). Prescindindo, aqui, do conceito filosófico de experiência, ver a “Dialética Negativa” de Theodor W. Adorno (2009).

transcrito "*ipsis verbis*" de um "depoimento"⁸. Não existiu em minha pesquisa de campo uma pretensa relação "inanimada", de "frieza" sobre a condição narrativa dos interlocutores, e, tampouco, de uma relação meramente "instrumental" com o *colaborador* no ambiente da entrevista e na experiência cerimonial da gravação. Sem desconsiderar a *memória coletiva*, Ecléa Bosi disse que "a narrativa é sempre uma escavação original do indivíduo, em tensão constante contra o tempo organizado pelo sistema. Esse tempo original e interior é a maior riqueza de que dispomos" (2003, p. 66). Sônia Maria de Freitas caracterizou a entrevista como "uma troca de experiência entre duas pessoas" e "uma relação que se estabelece entre pessoas com experiências, formação e interesses diferentes". Para Freitas, "a nossa intuição e sensibilidade, aliadas à experiência de escuta, ainda constituem os melhores instrumentos de que dispomos para a nossa finalidade de registrar narrativas orais" (2002, p. 62). Sharon Veale e Kathleen Schilling, disseram que entrevistar um *colaborador* é algo muito gratificante embora as exigências das operações requeiram os cuidados devidos com os *procedimentos*. As autoras consideraram importante perceber os "estados dos entrevistados". Em outras palavras, torna-se preciso perceber se os entrevistados estão felizes, cansados, inquietos, desconfortáveis ou emocionalmente perturbados com as questões suscitadas. Porque entrevistar requer habilidade e, segundo elas, "seus esforços serão recompensados muitas vezes ao longo da narrativa, pois os entrevistados confiarão os seus sentimentos, as suas

⁸ Atualmente, "alguns oralistas optam por não usar mais o termo "depoimento" e no lugar consagram a entrevista como maneira dialógica em que alguém grava ou registra narrativa de outra pessoa" (MEIHY; RIBIEIRO, 2011, p. 100). Por lógico, expressões como "depoente", "informante", "ator", entre outras, foram atualizadas – como sugeriram Meihy e Ribeiro – pelo termo *colaborador* que é quem concede uma entrevista e não mero "depoimento". Existe um caráter evidentemente "policialesco" na expressão "depoimento" que afeta as práticas da história oral como *disciplina* suficientemente democrática, polifônica e dialógica. Apesar disso, Alberti, entre outros oralistas, prefere a expressão "depoimentos orais" para caracterizar o que comumente nominamos de entrevista (1998).

experiências e as suas memórias para você” (VEALE; SCHILLING, 2004, p. 25-26)⁹. Entre outras coisas, Bosi falou em “riqueza”; Freitas em “intuição”, “sensibilidade” e “escuta”; Veale e Schilling em confiar “sentimentos”, “experiências” e “memórias”; Meihy e Ribeiro disseram que “o ambiente amável, sobretudo profissional, deve prevalecer” (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 101). É preciso lembrar que “o conteúdo narrado depende [sempre] de quem fala e para quem fala” (MELLO, 2008, p. 45).

Com traços de cordialidade e, na experiência de campo anteriormente descrita, não existiu a mitificação da “neutralidade” em minha experiência durante a pesquisa de campo. Paradoxalmente, houve “línguas estruturantes” como características cerimoniais em história oral. Segundo Mikhail Bakhtin, “não há nenhuma palavra ou forma ‘neutra’ – palavras e formas que podem não pertencer a ‘ninguém’; a linguagem é completamente tomada, atravessada por intenções e sotaques”. Significa que as línguas praticadas no campo de pesquisa foram atravessadas por outras subjetividades, por intersubjetividades e por nuances contextuais específicos em torno de histórias traumáticas ou não, assim como de posicionamentos religiosos e políticos divergentes. Foram línguas sensíveis à concepção heteroglota do mundo – conforme Bakhtin abalizou¹⁰ (BAKHTIN, 1981, p. 270-293). Clifford argumentou que o “pronome *eu* pressupõe um *você*”. (CLIFFORD, In: GONÇALVES, 2014, p. 40). Segundo Bakhtin, nesse direcionamento a linguagem gravada – aqui considerada como “cerimonial” – “repousa nas margens entre o eu e o outro”, pois “metade de uma palavra, na linguagem, pertence a outra pessoa”

⁹ Outra escolha importante foi que, apesar das distâncias, todas as minhas entrevistas durante a pesquisa de doutorado seriam “diretas”, “olho no olho”. Significa dizer que não me utilizei de “*voip*”, Skype, *e-mails* e *webcam* (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 101-103).

¹⁰ O conceito de “heteroglossia”, em Bakhtin, designa uma pluralidade de línguas presentes em uma sociedade. Ao contrário do que se pode pensar, o conceito de “heteroglossia” não se opõe à *memória coletiva* por ressaltar uma pluralidade de tendências, mas, colocada ao lado dos conceitos de *comunidade de destino*, de *colônia* e, sobretudo, de *redes* a multiplicidade e abrangência conceitual da “heteroglossia” é aumentada, significa a diversidade social de tipos de línguas. Essa diversidade é produzida por forças sociais tais como profissão, gêneros discursivos, tendências particulares e personalidades individuais.

independentemente de quem a tenha proferido (BAKHTIN, 1981, p. 293). Por isso, nos trabalhos antropológicos recentes se tem escolhido apresentar “os processos discursivos da etnografia sob a forma de um diálogo entre dois indivíduos” ao invés de realizar uma descrição pretensamente “isenta”, “neutra”, “ausente”¹¹.

A prática da transcrição.

Permaneci atento à importância das “experiências heteroglotas”, “polifônicas” e “multivocais” durante as entrevistas e no percurso da fase empírica da pesquisa. Daí se fez necessário procurar por “habilidade ficcional em manter a estranheza da outra voz e de não perder de vista as contingências específicas do intercâmbio”. Nesse sentido, a experiência de campo pôde representar o entendimento do “curso geral da pesquisa como uma negociação em andamento” que envolveu os diferentes *colaboradores* (CLIFFORD, In: GONÇALVES, 2014, p. 43). A palavra “negociação” é importante em história oral, pois além da intersubjetividade estabelecida nas entrevistas, encontra-se antes da “experiência dialógica”, obviamente, a fase “pré-entrevista” e, depois da entrevista, a fase “pós-entrevista” – todas consideradas por Meihy e Ribeiro. Segui as orientações *operacionais* de Meihy e Ribeiro para considerar as “três etapas de tratamento textual” com a preocupação *procedimental* de transposição do “código oral” para o “código escrito”. Durante as “etapas de entrevistas”, portanto, cuida-se de cada fase, desde a organização da “pré-entrevista”, a consecução da “entrevista” e o tratamento de “pós-entrevista” (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 100-113). Meihy e Ribeiro refletiram, ainda, sobre os *procedimentos* nas três

¹¹ Sobre um exemplo de combate à experiência pretensamente neutra, Clifford identificou Jeanne Favret-Saada em *Les mots, la mort, les sorts* (1977), Camille Lacoste-Dujarin em *Dialogue des femmes em ethnologia* (1977), Jean-Paul Dumont em *The headman and I* (1978). Outros dois autores foram dados como exemplos de sofisticação dialógica, quais foram Kevin Dwyer (1977; 1979; 1982), e Vicent Crapanzano (1980; 1970). Dwyer e Crapanzano procuraram “romper com esta convenção literário-hermenêutica” em prol da “tessitura textualizada do outro” (CLIFFORD, 2014, p. 42).

etapas assinaladas¹². Além dos cuidados que observei no “pós-entrevista”, tais como os agradecimentos e as negociações entre o “dito”, o “não dito” com significado observado e o *caderno de campo*, trabalhei na passagem do oral ao escrito. Indicando um fim para a “narrativa em si mesma”, Maria Isaura Pereira de Queiroz enfatizou que “o relato oral sempre consistiu na maior fonte humana de conservação e difusão do saber”, porém a moderna história oral não se esgota com o “relato oral”, pois oferece bases para o tratamento da narrativa segundo os procedimentos recomendados no período “pós-entrevista” (2003). Nesta etapa, as seguintes iniciativas são observadas nas *operações* da pesquisa: transcrição, textualização, transcrição.

Por definição de Meihy e Ribeiro, a “transcrição é o nome dado ao ato de converter o conteúdo gravado” por quaisquer meios tecnológicos “em um texto escrito”. Sobre a transcrição, sabe-se que se trata de “um trabalho longo e exaustivo” porque “para cada hora de gravação, cerca de outras cinco são usadas para a primeira fase (de transcrição)”. Embora não exista a “possibilidade de o escrito”, “o transcrito”, “dimensionar exatamente o que foi o falado”, importa-me reconhecer esse “momento de interação das subjetividades dos sujeitos envolvidos na pesquisa”. No entanto, reconheço a insuficiência da transcrição, “palavra por palavra”, que esconde “as ironias, entonações e palavras de duplo sentido”, além de “movimentos”, “posturas”, “lágrimas”, “pausas significativas”, “gestos”, “contexto do ambiente”, entre outros elementos¹³. Entenderam Meihy e Ribeiro “que a transcrição de palavra por

¹² Para os autores, “a *pré-entrevista* corresponde à etapa de preparação do encontro em que se dará a gravação. É importante que haja, sempre que possível, um entendimento preparatório para que as pessoas a serem entrevistadas tenham conhecimento do projeto e do âmbito de sua participação”. Na “*pré-entrevista*”, “a prudência recomenda que sejam testados os aparelhos antes do início de qualquer entrevista”. Meihy e Ribeiro também disseram que não se deve rebaixar “o cerimonial da entrevista, ainda que ela não deva inibir as relações”, entre outras importantes recomendações (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 100 – 106).

¹³ Ressalto que grande parte dos oralistas fora do círculo do NEHO/USP não utiliza a transcrição no tratamento “pós-entrevista”. Preocupados com a “fidelidade do original”, prescindem da prática em nome da “verdade” do momento de apreensão da oralidade. Haroldo de Campos, que foi

palavra não necessariamente corresponde à realidade da narrativa”. Complementarmente, pondera-se que “a textualização é um estágio mais complexo na elaboração do documento em história oral, obedecendo a uma lógica exigida pelo texto escrito”. Porque, na textualização, retira-se as perguntas e funde-as à narrativa inteira, bem como aproxima-se os “temas que foram abordados e retomados em diferentes momentos”.

Sobre a minha prática de transcrição, pode-se dizer procurei transpor para a materialidade as palavras em “estado bruto” para consolidar a textualização, assim como procurei manter as perguntas e as repostas – conforme a prática corrente. Preservei as repetições e os erros gerais além das palavras sem sentidos semânticos. *Ab initio*, registrei os sons provocados no ambiente como, por exemplo, os de animais e de telefones. Durante a textualização, eliminei os estímulos por meio dos quais “provoquei” o *colaborador* à argumentação e as escassas perguntas, os erros gramaticais e reparei as palavras gerais sem sentidos semânticos. No decurso da textualização, retirei os sons diversos – anteriormente transcritos – para tornar o texto mais claro à leitura. Faz-se necessário dizer que, durante as textualizações, escolhi os “tons vitais” das entrevistas segundo um eixo da narrativa do *colaborador*. Nessa fase, escolhe-se um “tom vital” para “cada entrevista, frase que sirva de epígrafe para a leitura da entrevista”. Por exemplo, na entrevista de Paulo Ayres Mattos o “tom vital” escolhido foi: *“Sobre uma cômoda, que ficava no quarto dos meus pais, tinha uma fotografia de Luís Carlos Prestes ao lado da fotografia de John*

reconhecidamente um dos influenciadores desta prática na tradução e, a partir de Meihy, em história oral, tem-se a transcrição como “uma postura de fidelidade”, ou de hiperfidelidade, como Campos disse: uma tradução atenta ao modo de construção do poema, a seus aspectos fono-semânticos, à sua configuração sónica. Ou seja, uma literalidade e uma aderência ao signo. Uma abordagem oposta à tradução fiel ao conteúdo e à forma mais superficial do original (métrica e rima). Segundo ele, é esse o território por excelência da transcrição: o plano linguístico, a “estrutura intratextual”, o “intracódigo” (TÁPIA; NÓBREGA, 2006, p. 250-251). Entre os pesquisadores com atuações recentes do NEHO/USP, apenas a tese intitulada “(Re/des)conectando gênero e religião. Peregrinações e conversões trans* e ex-trans* em narrativas orais e do Facebook”, de Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, não se utiliza da transcrição como *procedimento* no tratamento das entrevistas.

Wesley". Na entrevista de Mozart Noronha, o "tom vital" em epígrafe é: "*Na minha concepção o Estado é a besta do apocalipse e o número da besta é o CPF [...] Eu fiz o sepultamento do presidente e não a ressurreição dele ou do Regime Militar*". Finalmente, realizei as transcrições para reformar certa transição literal (a transcrição e a textualização), tornando-as adequadas à leitura acadêmica. Para tanto, realizei as correções das desigualdades textuais, pois alterei, acrescentei e retirei palavras, frases e parágrafos. Nesse esforço final, assumi-me como autor da transcrição e, em minhas "experiências introspectivas", percebi dada intersubjetividade no estabelecimento do *corpus documental*. Evidentemente, o "tom vital" escolhido em cada entrevista foi um elemento fundamental na prática de transcrição porque contribuiu para encontrar os "nexos narrativos", os eixos centrais dos documentos construídos e as vinculações temáticas apresentadas pelos interlocutores com base na *memória coletiva*.

Esses esforços iniciais na transposição "do oral para o escrito" terminam com a transcrição também explicada como a incorporação "dos elementos extratexto" em que "a intenção é recriar a atmosfera, o contexto em que foi feita cada entrevista" com uso de *caderno de campo* e do estágio avançado da "descrição densa" – conforme proposto por Geertz. Porque "esse procedimento de trabalho com as entrevistas orais se aproxima de uma recriação do universo visual e sonoro para o mundo da escrita, fundamentando-se nos estudos da literatura e da linguística, em que foram definidos os conceitos de *transcrição*" embasados em pensadores como Haroldo de Campos e Roland Barthes (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 107-110).

A transcrição, entretanto, deve ser considerada sob os critérios interpretativos e experienciais da cultura como lugar de sua *operacionalização*, de sua conversão em "linguagem ressignificada". O conceito de cultura que Geertz defende se acomoda em um lugar "essencialmente semiótico", pois o ser humano é "amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu" e as culturas são, por definição, "essas teias e a

sua análise” (GEERTZ, 2001, p. 4). Nesse sentido, a cultura se manifesta em “teias textuais” que se entrelaçam no interior de uma sociedade ou em um grupo social estudado; baseia-se no “modelo filológico de “leitura” textual que surgiu como alternativa sofisticada” principalmente em Geertz (CLIFFORD, In: GONÇALVES, 2014, p. 36). Decorre disso que, se existem “textos culturais” sinalizados por meio das entrevistas, eles precisam ser interpretados sem prescindir da linguagem negociada ainda no campo de pesquisa, em ambiente posterior ao da transcrição. Daí, Geertz avoca as concepções de Paul Ricoeur sobre o processo de “textualização” da cultura manifesta inclusive nas religiões como condição primaz de sua interpretação. Percebe-se, assim, que existem construções transcritas em um discurso que se tornou texto em seu estado acabado e associado à coleção do *corpus documental*. Segundo Geertz, deve-se anotar ou textualizar o “discurso” porque ao fazê-lo ocorre uma transformação do “acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente” (GEERTZ, 2001, p. 14). De Ricoeur, Geertz mencionou um excerto lapidar à transcrição ao perguntar: “o que a escrita fixa?”. Ora, ela fixa

Não o acontecimento de falar, mas o que foi “dito”, onde compreendemos, pelo que foi “dito no falar, essa exteriorização intencional constitutiva do objeto do discurso graças ao qual o *sagen* – o dito – torna-se *Aus-sage* – a enunciação, o enunciado. Resumindo, o que escrevemos é o *noema* (“pensamento”, “conteúdo”, “substância”) do falar. É o significado do acontecimento de falar, não o acontecimento como acontecimento. (Apud., *Ibid.*, 2001, p. 14)

Por isso a passagem “do oral para o escrito” não se esgota na transcrição e nem na textualização derivada de um “processo cultural”, materialmente edificado, mas de modelos de linguagem negociada. Conforme Clifford, “uma cultura é, concretamente, um diálogo em aberto, criativo, de subculturas, de membros e não

membros, de diversas facções”. Para ele, “uma “língua” é a interação e a luta de dialetos regionais, jargões profissionais, lugares-comuns genéricos, a fala de diferentes grupos de idade, indivíduos etc” (CLIFFORD, In: GONÇALVES, 2014, p. 46). Sagra-se, pois, a transcrição como o exercício de um “mediador” – em sentido “sacerdotal” – que vivenciou a experiência da pesquisa de campo e, ao mesmo tempo, interpreta-a segundo dados ambientais, segundo o caderno de campo e outras exegeses possíveis. Em estágio avançado, ocorre a “interação dialógica das vozes”, como disse Bakhtin, por meio de sua acomodação documental ulterior (Apud. Ibid., 2014, p. 46). Onde, “a unidade de um texto repousa não em sua origem, mas em seu destino” – conforme Barthes (1977, p. 146 e 148).

Em 2013 eu li “Haroldo de Campos – transcrição”, que é uma coletânea de excertos sobre a prática de “transcrição” publicados anteriormente de forma difusa e por diferentes meios. Porque Meihy e Ribeiro situaram Campos e Barthes como os autores responsáveis pela conceituação da transcrição, recordo-me de dois textos de Campos que são fundamentais para a questão apresentada.

Eis o *primeiro*:

A tradução de uma obra de arte verbal é uma prática semiótica especial. Visa surpreender o intracódigo (as “formas significantes”) que opera no interior do poema de partida (original) e redesenhá-lo no poema de chegada. Para isso, procura desvelar o percurso da função poética no poema [...] e, de posse da “metalinguagem” que essa desvelação propicia, reconfigurar esse percurso no poema traduzido (melhor, dizendo “transcriado”), com os recursos da língua do tradutor aplicados ao influxo violento da língua estranha. (CAMPOS, In: TÁPIA; NÓBREGA, 2013, p. 155)

Eis o *segundo*:

Tudo isto o tradutor tem que transcriar, excedendo os lindes de sua língua, estranhando-lhe o léxico, recompensando a perda aqui com uma intromissão inventiva acolá, a infratradução forçada com a hipertradução venturosa, até que o desatine e desapodere aquela última Húbris (culpa luciferina, transgressão semiológica?), que é transformar o original na tradução de sua tradução. (Apud. SCHNAIDERMAN, 2003, p. 179)

A *operação* demonstra um “poema de partida (original)” e seu redesenho no “poema de chegada”. Isto é, em transcrição, no exercício da tradução, e também em história oral, parte-se de um ponto e se redesenha a narrativa que culmina em um ponto ulterior. O “desvelar” do “percurso da função poética no poema” é, ao mesmo tempo, manter-se próximo da descrição textualizada da experiência de entrevistas e superar a sensação da concretude, da objetividade, da verdade em relação ao produto final. Para Campos, a observação do “percurso do poema traduzido” e a “metalinguagem” considerada dão origem, em síntese, para a transcrição. Esse processo, que para Campos culmina na “tradução de sua tradução”, considera-se manifesto para além dos limites da língua do tradutor e por meio de negociações: “recompensando a perda aqui com uma intromissão inventiva acolá”¹⁴. As práticas de transcrição das narrativas aconteceram sempre em meu “lugar reservado” e em momentos meditativos sobre os caminhos da pesquisa, sobre as viagens e, sobretudo, acerca do *caderno de campo*. Segundo Meihy, a transcrição se refere à

fase final do trabalho dos discursos. [...] Teatralizando-se o que foi dito, recriando-se a atmosfera da entrevista, procura-se trazer ao leitor o mundo de sensações provocadas pelo contato, e como é evidente, isso não ocorreria reproduzindo-se o que foi dito palavra por palavra [...] O fazer do novo texto permite que se pense a entrevista como algo ficcional e, sem constrangimento, se aceita essa condição no lugar de uma cientificidade que seria mais postiça. (MEIHY, 1991, p. 31)

¹⁴ Para Laura Taddei Brandini, “o conceito de transcrição é central na poética da tradução de Campos e reúne as ideias de criação e de transposição de linguagens, as molas-motoras da escrita literária e da tradução, respectivamente. Para ele, traduzir uma obra significa recriá-la, ou transcriá-la, criar uma nova obra a partir da transposição de sua linguagem para uma outra língua” (2014, p. 123).

Para Meihy e Holanda, os sentidos dos “não ditos”, dos silêncios – que o poeta Haroldo de Campos elaborou como “transcrição” – são sensivelmente percebidos e inscritos em uma textualidade das “formas silentes”, “interditas” e nas “lacunas” presentes na transposição do código “oral para o escrito” (MEIHY; HOLANDA, 2013). Para Alberto Lins Caldas, a transcrição é “uma ação criativa geral que busca tanto as ficcionalidades pessoais, grupais e coletivas quanto o presente como nossa matéria fundamental, nossa ficcionalidade básica”. Nesse sentido, trata-se de “recriar, através dos artifícios de diálogos gravados, tanto as possibilidades do significado (o que no fundo quer dizer que não traduzimos nenhum significado), quanto às flutuações até mesmo físicas daquilo que é o outro: dar vida ao presente do outro: transcriar: fazer viver uma vivência de uma outra maneira”, isto é, “fazer fluir a vivência da interioridade, da voz, para o mundo da escrita: buscar o espírito da vivência, jamais um reflexo do vivido: criamos em conjunto um texto aberto que possa dialogar com as aberturas das vivências, com a polissemia, as multiplicidades próprias do ser social” (CALDAS, 2001, p. 38)¹⁵.

Referências bibliográficas.

ALBERTI, Verena. **O acervo de história oral do CPDOC**: trajetória de sua constituição. Rio de Janeiro: CPDOC, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Discourse in the novel**. In: HOLQUIST, Michael (org) *The dialogic imagination*. Austin: University of Texas Press, 1981.

BARTHES, Roland. **Image music text**. Nova York: Hill and Wang, 1977.

¹⁵O processo de transcrição pode apresentar, dentro do cristianismo e, especificamente, do protestantismo, uma semelhança com a “teologia narrativa”. Também conhecida como “teologia pós-liberal”, a teologia narrativa foi popularizada por Stanley Hauerwas e praticada por George Lindbeck, Hans Wilhelm Frei e outros teólogos ligados à Yale Divinity School e a outras instituições fora dos Estados Unidos da América. No Brasil, Antonio Carlos Magalhães produziu importantes textos intitulados: “narrativa e hermenêutica teológica” (2002, p. 6-22), e “Invenções religiosas no cotidiano e teologia narrativa” (2005, p. 90-106).

- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOSI, E. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRANDINI, Laura Taddei. **Roland Barthes no Brasil, via traduções**. Cad. Trad., Florianópolis, nº 34, p. 120-141, jul./dez. 2014.
- BUBER, Martin. **Eu e Tu**. Editora Moraes: 1974.
- BURKE, Peter. **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CALDAS, Alberto Lins. **Nas Águas do Texto: palavra, experiência e leitura em História Oral**. Porto Velho: Edufro, 2001.
- CAMPBELL, Joseph. **Tu és Isso: transformando a metáfora religiosa**. São Paulo: Madras, 2003.
- FREITAS, S. M. de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- VEALE, Sharon; SCHILLING, Kathleen. **Talking History: Oral history guidelines**. Hurstville: Department of Environment & Conservation (NSW), 2004.
- GEERTZ, Clifford. **Nova Luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos (org). **A experiência etnográfica e a literatura no século XX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.
- MARTINS, José de Souza. **Uma sociologia da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2014.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral 5ª**. São Paulo: Edições Loyola, 1991, 2005.
- _____. **Memória, história oral e história**. Oralidades (2010): 179-191.

_____. HOLANDA, Fabíola. **História Oral Como Fazer Como Pensar**. São Paulo: Contexto, 2013.

_____; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

MELLO, M. M. Mutações de olhar: as vias de diálogo entre o campo e o arquivo. *Sociedade Cultura*, v.11, n.1, p. 41-49, 2008.

PORTELLI, Alessandro. **“Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética em História Oral”**. In: Projeto História no. 15 PUC, São Paulo, 1997.

SCHNAIDERMAN, Boris. **Haroldo de Campos e a transcrição da poesia russa moderna**. *Fragmentos*, Florianópolis, nº 25, julho-dezembro, p. 61-68, de 2003.

SEAWRIGHT, Leandro. A. **Jesus Narrativo: oralidade cristã entre história, memória e mítica**. *PLURA, Revista de Estudos de Religião*, Vol. 3, nº 1, 2012, p. 130-148.

_____. **Ritos da oralidade: a tradição messiânica de protestantes no Regime Militar Brasileiro**. São Paulo, 2016 (Tese de doutorado - Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo – USP).

TÁPIA, Thelma; NÓBREGA, Médici (Orgs). **Haroldo de Campos – Transcrição**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

Theodor W. Adorno. **Dialética negativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado História Oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.